



"Homens de fronteira, homens de Império: discurso político, campanha militar e barganha na relação entre a Corte e pecuaristas brasileiros na fronteira meridional."

Carla Menegat¹

O acordo que selaria a paz entre os revoltosos farroupilhas e o Império, conhecido como Paz de Ponche Verde não encerrou todas as tensões entre os líderes políticos que haviam acolhido a proclamação da República Rio-grandense de 11 de setembro de 1836 contra a monarquia brasileira. Ao longo dos anos que se seguiram ao encerramento da revolta, muitas foram as formas desses homens se manifestarem. Proponho aqui seguir algumas trajetórias pós-conflito de líderes importantes entre os farroupilhas, que exerciam atividades pecuárias na fronteira meridional do Império, para entender as dimensões da reintegração desses rebeldes na política e mesmo na sociedade imperial, especialmente no que toca às estratégias empregadas ao silenciar ou relembrar a extinta república como sintoma da falta de habilidade política da Corte em conseguir combinar seus interesses com os da Província.

David Canabarro passou às páginas da historiografia como personagem importante e polêmico na construção da pacificação da Província. A relação estreita que criou com o Conde de Caxias e a sombra de sua participação no planejamento do ataque de Porongos (OLIVEIRA; SALAINI, 2010) são facetas bastante controversas. Especialmente aos olhos das condições de sua reintegração à Guarda Nacional em 1850, às vésperas da Campanha contra Oribe e Rosas, quando o presidente da Província, Pimenta Bueno pediu que Bento Manuel Ribeiro – o general que trocou de lado quatro vezes durante a Farroupilha – intercedesse e o convencesse a assumir o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento. O próprio Pimenta Bueno seguia as ordens de Caxias, preparando a campanha que seria liderada por este. O Conde percebera antes mesmo de encerrar a Farroupilha que para garantir a paz na fronteira

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente é docente no Instituto Federal Sul-Rio-grandense.



campanha do Rio Grande do Sul precisaria ter como aliados os homens que conheciam a guerra naquelas paragens (MUGGE, 2014).

O proclamador da República Rio-grandense, General Antônio de Souza Netto tomaria rumo diferente depois do conflito. Atravessaria a fronteira e se instalaria no Uruguai, levando junto seus homens fiéis. Neto seria constantemente vigiado pelo Império, sendo visto como uma ameaça nos primeiros anos após a assinatura de Ponche Verde. Tanto que, às vésperas da Campanha contra Oribe e Rosas, quando o Barão do Jacuí organizava as “califórrias” – expedições de apresamento de gado em fazendas no Uruguai – o medo do Império era de que o próprio Neto aderisse à empreitada para desestabilizar a paz na Província. Curiosamente, o Barão de Jacuí adquirira seu título combatendo contra os farrapos, mas suas atitudes levaram o Império a observá-lo como um rebelde em relação às decisões da Corte sobre os assuntos do Prata.

Ainda assim, a reintegração desses e de outros farroupilhas foi difícil na mesma medida em que foi necessária ao Império. A Farroupilha ensinara à Corte que na Província do Rio Grande do Sul a guerra era parte da construção da política. Talvez o principal serviço ao Império estivesse justamente nas armas, e em nenhum outro ponto do Império a possibilidade de mobilização da Guarda Nacional foi tão clara e presente. O próprio desenvolvimento das batalhas mostrou ao Império que não havia peritos maiores no terreno que os comandantes militares treinados na região, e um contingente considerável deles esteve no lado revoltoso, assim como parte considerável da elite provincial, característica particular em relação a outros movimentos do período.

O perigo da revolta precisava ser afastado em muitos sentidos. Um deles estava diretamente relacionado às reclamações que levaram à rebelião: o reerguimento da economia da região, devastada após a guerra e que sofria com a guerra civil pela qual passava o Uruguai². A presença da fronteira nessa equação também foi chave importante para entender a necessidade do Império de atender anseios e pacificar a província com a reintegração dos revoltosos. A fronteira oferecia outros desafios, especialmente aqueles ligados à manutenção do sistema escravista – tema então bastante

² Guerra Grande é a denominação que a historiografia uruguaia dá ao conflito entre os partidos *colorado* e *blanco* que se transformou em guerra civil e dividiu o país em dois governos entre 1839 e 1851. Profundamente aliados aos unitários argentinos, os *colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, se tornaram alvo do presidente vizinho Juan Manuel Rosas, que por sua vez era aliado do principal líder dos *blancos*, Manuel Oribe. Por mais que seja considerada uma guerra civil, este conflito extrapolava as fronteiras, coexistindo na Argentina e apenas tendo sido encerrado graças à interferência militar do Império do Brasil, com a Campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852).



sensível com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós – e à produção de pecuaristas brasileiros no país vizinho (VARGAS, 2014). O principal produto da província, o charque, dependia de ambos os aspectos. Pecuaristas, charqueadores, senhores da guerra, líderes políticos urbanos, todos se enredavam numa rede de relações que atravessava a fronteira múltiplas vezes.

Ainda assim, a segunda metade da década de 1840 pode ser definida como de silêncio e suspeita sobre a revolta. Não era aconselhável falar dos eventos, muito menos observar a participação de um ou outro indivíduo nos episódios. Mesmo os homens que se aproximaram do Barão de Caxias e que se tornaram sua base política na província naqueles primeiros anos, como David Canabarro, Antônio Vicente da Fontoura e Bento Manuel Ribeiro, observaram uma certa discrição em sua atuação. A Coroa soube reconhecer aqueles que tinham lhe prestado serviços, como bem apontou Miquéis Mugge:

“Apesar de ter se dirigido à Corte em março de 1846, eleito Senador, Caxias teve tempo suficiente de produzir três tipos diferentes de listas: propondo oficiais para ocupar os postos vagos no Exército; fazendo conhecer legalistas que deveriam ser agraciados com medalhas e outras honras; passando “cauteladas”, isentando oficiais rebeldes do serviço do Exército e da Guarda Nacional. (MUGGE, 2014)”

Esse procedimento não foi isento de contrariedades. O jogo político exigido para reintegrar os antigos rebeldes por vezes desgostava aqueles que tinham lutado como legalistas. De toda forma, reorganizar a relação com as elites regionais foi a tônica das relações políticas naqueles anos, exigindo da Corte o uso constante da negociação e a da conciliação. O retorno da elite da Província do Rio Grande do Sul esteve na sua pronta mobilização nas questões do Prata e na sua adesão, inclusive além das fronteiras, a um projeto nacional que era marcado pela escravidão e pela monarquia em contraponto aos países vizinhos.

De toda forma a relação seguia marcada por um quê de paradoxo. Os discursos dos presidentes de província apontam a dubiedade com a qual o Império encarava os senhores da fronteira. Valores como a habilidade guerreira, adquirida nos muitos anos de guerras, tanto podiam, num mesmo comunicado, ser louvadas como parte de um conjunto que permitia à Província defender o Império das ameaças provenientes dos



países vizinhos, quanto ser o eixo central de uma acusação da incapacidade de estabelecer ordem e civilização, impelindo os cidadãos a cometerem crimes.

Entender esse cenário tortuoso exige um olhar para o papel que os ex-farroupilhas deram a memória imediata sobre o conflito, seja no silêncio sobre, seja na sua enunciação.

Tortuosas trajetórias disruptivas: homens, guerra e política

David Canabarro comprou, em 1846, a estância São Gregório em Santana do Livramento e, ao que parece, ocupou-se ainda na década de 1840 de recompor seu patrimônio. Essa estância era contígua a da Alegria, que possuía em sociedade com seu cunhado e tio Antônio Ferreira Canabarro. Em 1849, depois de desfazer a sociedade com o tio-cunhado, Canabarro compra com seu irmão a estância São João do Umbu, outra propriedade contígua a São Gregório. Os negócios pareciam demandar muito tempo, dado a dinamicidade de investimentos. Ao menos, em 1850, quando chamado a assumir o Comando Superior de Quaraí e Livramento, reclamou que aquele seria “um dos maiores sacrifícios³”.

De toda forma, os negócios não pareciam ter retirado Canabarro completamente da política. Seguiu se correspondendo ao menos com outros liberais, mormente com ex-farroupilhas, como Almeida. Ao mesmo tempo, parece ter mantido muito próxima sua relação com Caxias. Provavelmente a relutância em aceitar o posto estivesse em outra ordem de negócios.

Um posto militar significava a mobilização de muitos recursos, especialmente os sociais. Canabarro deve ter calculado quantos homens teria de mobilizar naquela fronteira do Quaraí e Livramento. A região, território tradicionalmente dominado pelos Ribeiro de Almeida, família de Bento Manuel, era vista até então como uma extensão sul da fronteira do Alegrete. Santana do Livramento ganhara importância justamente durante a Farroupilha, como importante ponto de contato com os aliados no lado uruguaio. Também era a região de atuação do Barão do Jacuí, que lutou e ganhou seu título como legalista e vinha promovendo um dos mais controvertidos movimentos, as “califórnicas”, e o mais importante sobre isso, possuía muitos simpatizantes e seguidores.

³ ANRJ. Série Justiça. Gabinete do Ministro. IJ1 577. Ofícios de 22 de outubro de 1850, de 25 de setembro de 1850 e de 16 de setembro de 1850.



Num mundo onde política, guerra e família se misturavam, era preciso equacionar todas essas questões.

A capacidade militar de Canabarro não estava em questão, ele tinha recebido a honra de ser convidado para assumir o posto, possivelmente a questão colocada era: valia a pena arriscar liderar homens num conflito que poderia reacender suspeitas e polêmicas em torno de seu caráter. Ou ainda, a relutância podia apenas estar relacionada a uma outra postura que se tornaria cada vez mais comum, a da barganha. Talvez, mais provavelmente em minha opinião. Canabarro tenha sido o primeiro ex-farrapo a perceber que tinha uma habilidade necessária ao Império, liderar homens nas batalhas de guerra de cavalaria ligeira, e com isso, tenha observado a chance de obter as melhores vantagens de sua posição.

A posição de Comandante de Fronteira numa guerra em país vizinho não estava desprovida de vantagens, especialmente para um homem de negócios como Canabarro. Sabe-se que uma das atividades dos comandantes de fronteira era abastecer suas tropas e as do exército. Ao menos, em 1853, Canabarro negociou cavalos para as tropas do exército com o Brigadeiro Ortiz, importante estancieiro da região, por preço bastante generoso (FARINATTI, 2010). Esse tipo de situação construía e reforçava um cabedal de relações políticas e comerciais importantes e que podem explicar porque o General David Canabarro se manteria no posto pelos anos seguintes, até a Guerra do Paraguai e o complicado evento da invasão paraguaia em Uruguaiana.

Sua habilidade militar, provada na Campanha contra Oribe e Rosas, lhe devolveria o mesmo posto que ocupava entre os farrapos, o de General. Honraria retirada para evitar que os rebeldes reintegrados se igulassem aos legalistas, ao fim, teve ser restaurada. Como apontei anteriormente, a reintegração não foi completamente desprovida de tensões e nem sempre os farrapos silenciaram essas tensões. Por vezes, usaram dos méritos que tiveram frente às tropas e à administração da República Rio-grandense como recurso para se fazerem notar.

Canabarro, naqueles anos, se encontrava como um dos mais prestigiosos líderes políticos, além de importante peça na defesa da Fronteira, onde iniciavam já os distúrbios que culminariam na Guerra contra Aguirre em 1863. A parte principal de seu prestígio provinha justamente de sua capacidade em arregimentar homens, seja para as batalhas, seja para as urnas. Contudo, seu silêncio sobre a Farroupilha foi tão notável



quanto sua reintegração à política monárquica. Nem todos atingiram esse grau de integração, como no Almeida, que acabou por assumir sua posição de ex-farrapo como constante. Possivelmente, é importante aventar, não lhe tenham surgido as mesmas oportunidades que teve Canabarro, e assumir a pecha de revoltoso anistiado tenha sido seu melhor recurso.

A guerra era um elemento importante naquele contexto, compondo grande parte da cultura política (MENEGAT, 2011). De fato, antes da revolta, o número de municipalidades era realmente diminuto na Província: quatorze, nove deles criados após 1822. A pouca habitualidade com os aparatos públicos e o baixo índice de graduados no ensino superior que compunham a primeira assembleia provincial são indícios importantes da conformação da participação política. Ao mesmo tempo, o serviço militar sempre fora um importante serviço prestado à Coroa. E como aponte, depois da Revolução Farroupilha, a Corte se atentara a necessidade sempre presente de bons comandantes. Esse foi o caminho de David Canabarro para a reintegração política. E mais tardia e tortuosamente também seria o caminho de Antônio de Souza Netto.

Finda a Revolução Farroupilha, Antônio de Souza Netto, Chefe do Estado-Maior e General da extinta República Rio-grandense decide viver em suas propriedades no Estado Oriental do Uruguai, num autoexílio voluntário (GUAZZELLI, 2013). Segundo a tradição, Netto teria sido acompanhado por mais de duzentos escravos, que o teriam feito de livre e espontânea vontade e que seriam seus peões (OLIVEIRA; SALAINI, 2010) na estância de La Gloria, na localidade de Piedra Sola, na divisa dos departamentos de Tacuarembó e Payssandú. Netto ainda possuía outra propriedade, a Estância do Rincón de Zamorra, próximo ao lugar conhecido como Clara em Tacuarembó, assim como uma porção menor de terras na costa do Jaguarão. Foi a partir desses pontos que Netto passou a atuar nos mais de vinte anos que se seguiram.

As primeiras aparições de menções a Netto depois da Revolução Farroupilha na documentação diplomática e de guerra, tanto da província quanto do Império datam do ano de 1847. Diferentes autoridades do Império tiveram preocupações com a amizade pública que Netto tinha com Oribe, evidenciada pelo período em que representou os farroupilhas em negociações por apoio militar para a República Rio-grandense. Rumores davam conta de que Netto estava agrupando homens para auxiliar os *blancos* numa invasão ao Império para libertar os escravos de Pelotas. Duas famas do general



farroupilha faziam ecoar os boatos: sua discutível paixão pelo republicanismo, denotada de seu ato de proclamação da República Rio-grandense em 11 de setembro de 1836 e a reputação de abolicionista que angariara para suas tropas no recrutamento durante a revolta.

O medo crescente em relação a uma invasão vinda desde o Estado Oriental para realizar a abolição era um sentimento bem típico dos últimos anos da década de 1840. A questão era entender porque Netto era tido como o pivô dessa possível invasão, além de sua pública amizade com Oribe. Durante toda a sua estada no Comando de Armas dos farroupilhas, Netto foi um grande recrutador de escravos. A prática de recrutar os escravos do inimigo era comum desde o período colonial, e foi empregada pelos dois lados da contenda. A diferença residia no fato de que, incapazes de contar com a mobilização nacional que dispunha o Império, os farrapos foram obrigados a se voltar para dentro da Província e para fronteira platina, recrutando muito mais cativos que o exército imperial (CARVALHO, 2013: 69).

O abolicionismo dos farroupilhas era guiado, como em outras guerras da Bacia do Prata, pelas necessidades de tropas. Muitos farroupilhas tomaram medidas para proteger seus escravos, como por exemplo o próprio Ministro da Fazenda da República Domingos José de Almeida, que como mencionei, enviou seus escravos para serem alugados em Montevideu. Se os escravos que, diz-se, acompanharam Netto ao Estado Oriental o fizeram de livre e espontânea vontade ou não, o conhecimento que tenho da documentação me impede de construir uma avaliação. Possivelmente se sim, faziam parte do discurso que criava uma imagem abolicionista para Netto. Ainda assim, uma série de dados indica o oposto.

De toda forma, acreditar na figura de Netto como um abolicionista fazia parte do corrente temor que as revoltas regenciais haviam despertado. Não foram poucos os movimentos daqueles anos que tiveram a direção de escravos, como a Revolta dos Malês na Bahia do mesmo ano de 1835 que viu eclodir a Farroupilha, e antes disso a revolta em Carrancas em Minas Gerais em 1833 (REIS, 2013), ou de pardos e libertos, como a Sabinada, a Cabanagem e a mesma Balaiada também encerrada por Caxias.

Netto, durante a rebelião dos farrapos se mostrou um aparente entusiasta da República. As correspondências que trocou com Domingos José de Almeida, Ministro



da Fazenda da República Rio-grandense, antes e depois da Revolução o deixam claro⁴, especialmente aqueles em que discutia os editoriais do primeiro jornal farrapo, “O Povo”. Mas sua percepção do republicanismo estava marcada pela experiência platina, pela constituição de uma soberania das gentes em substituição a inexistência de uma soberania monárquica e pela prática política entrelaçada à liderança militar, enquanto Almeida almejava um republicanismo mais calcado no liberalismo norte-americano e de certa forma mais urbano, com uma arena baseada no debate público e não nas armas. E essa diferença era o que marcava inclusive os movimentos de Netto depois da Farrroupilha.

Enquanto Canabarro de forma relativamente rápida se reinseriu na cena política se tornando voz ativa na opinião pública, Netto se retirou para o interior da campanha, declarando que a monarquia era incompatível com seus princípios (DORATIOTO, 2008: 88). Como veremos, essa postura se alterou ao longo dos anos que viveu no Estado Oriental. A partir do fim dos anos 1840, e mais especialmente depois do fim da Guerra Grande, Netto não se furtaria a buscar no Império o auxílio necessário, o que me faz crer que sua adesão ao republicanismo fosse um elemento discursivo de barganha. Quando recorrer ao aparato do estado monárquico lhe era interessante, Netto não deixou que seu republicanismo atrapalhasse a resolução de seus problemas.

Em busca de respostas para os boatos que corriam a campanha e chegavam ao Rio de Janeiro, a Porto Alegre e à Montevideu, o Império enviou Osório para visitar Netto, sob o disfarce de uma licença para cuidar de negócios. Esse pretexto nos revela um importante ponto. Osório era proprietário de uma estância no Arapehy e sua cobertura seria a venda e compra de gado em diferentes pontos do norte do país vizinho. Ao mesmo tempo que demonstra o papel dos estancieiros no mercado de gado, evidenciando uma prática comum, essa constatação permite perceber que não era possível enviar um mensageiro qualquer ao encontro de Netto, se o objetivo era a discrição. Além de ser alguém confiável ao Império e a Netto, o mensageiro tinha de se passar por um homem daquelas paragens facilmente, ou sê-lo, como Osório. Se a missão não fosse silenciosa, a posição de neutralidade do Império poderia ser comprometida ou pior, a mensagem de que o Império temia uma guerra com Oribe seria desastrosa.

⁴ CV 2225, 2250, 2366, 2497. Anais do AHRS. Vol. 4.



Osório retornou no início de 1848 informando que Netto estava em sua estância apenas cuidando de seus negócios, embora seguisse amigo e compadre de Oribe, a quem respeitava muito⁵. Embora as referências sejam bastante divergentes, algumas indicando que Netto teria composto as forças de Caxias na campanha de 1851, algumas dizendo que ele não se envolveu no conflito, sempre de forma contundente, as fontes nos permitem ver uma atuação bem mais silenciosa. Netto lidava com a suspeição através do silêncio, mas não com completa inação.

Netto fora se encontrar com Oribe como muitos rumores anteviam⁶. Em contrapartida também se reuniu para conversar com o grupo que organizava as *califórnicas*, antes dos primeiros manifestos do Barão do Jacuí, como os boatos opostos indicavam. A questão a ser observada se resume ao fato de que Netto não aderiu a nenhum dos dois lados. Se Netto tinha ou não oitenta, cem ou duzentos homens, nesse caso se torna irrelevante, ele não os levou a nenhum dos dois lados. Acredito ser mais plausível crer que o estancieiro tenha buscado realizar a mediação entre seus compatriotas e o presidente oriental, como alguém que de fato não estava diretamente interessado em uma solução específica e contava com a confiança das duas posições.

Possivelmente pela mesma razão Netto não tenha se envolvido na campanha de 1851, mesmo que nos anos seguintes da década de 1850 ficasse clara sua feroz oposição à política de Estado dos *blancos*. As relações pessoais neste caso se sobrepunham a questões políticas e acredito que se tratava de não fazer guerra a um amigo, no caso Oribe, muito mais do que não defender o Império. As manifestações de Netto nos anos logo posteriores ao fim da Guerra Grande mostraram que seu desacordo com o projeto político dos *blancos* era grande.

Netto era perigoso aos olhos do Império por motivos muito semelhantes àqueles que tinham tornado David Canabarro tão valioso a partir da Campanha contra Oribe e Rosas. Netto era um famoso criador de cavalos, com contatos importantes nas províncias *litoraleñas* argentinas e possivelmente com ligações até o Paraguai. Durante a Revolução Farroupilha o General ficou famoso pela capacidade de saquear o inimigo e inimigos dos amigos platinos em busca de reses e montarias. Mas possivelmente foi sua condição de grande proprietário e criador que permitiu que Netto convertesse seu

⁵ IG¹ 179 – Série Guerra – Gabinete do Ministro. ANRJ.

⁶ Nota de 10 out 1849. Códice 309/4/23 Arquivo Histórico do Itamaraty.



prestígio militar em patrimônio político de forma mais consistente. Em vários momentos dos anos 1850 a documentação dará conta de seu trânsito desde Tacuarembó até Pelotas, negociando gado e, me arrisco afirmar, apoio político, se transformando com isso de antigo líder rebelde da província em uma voz ativa e potente dos interesses dos estancieiros brasileiros no Estado Oriental.

Ao longo dos anos esse papel transformaria a reação do Império à figura de Netto. Certamente o medo de que mobilizasse homens contra o Império era parte importante da equação que levava as autoridades brasileiras a respeitá-lo, mas havia sua condição de representante dos estancieiros estabelecidos no Uruguai, não apenas frente ao Império, mas frente às próprias autoridades uruguaias. No conjunto de reclamações pendentes da Missão Saraiva exemplarmente se encontra a seguinte nota referente ao ano de 1855: “Asesinato del capataz de la estancia del brasileiro Antonio Netto, perpetrado por la comandancia de la policia de Lorena. El Ministro brasileiro reclamó el castigo del asesino em Abril de 1855. – Pendiente.”⁷ Ao contrário de inúmeros outros casos no mesmo documento em que se nomeiam as vítima da agressão e assassinatos, neste caso, o nomeado foi Netto, o patrão, indicando que neste caso a relevância estivesse não na vida retirada, mas na ofensa sofrida. Certamente o fato de que Netto, naquele ano de 1864, foi a figura pública mais ativa na campanha política por uma nova intervenção na República Oriental do Uruguai permitiu que ele participasse da formulação das petições da Missão, com uma representação inclusa.

Nos anos que se seguiram à Guerra Grande Netto se tornou um dos principais interlocutores dos problemas vividos pelos estancieiros brasileiros no norte uruguaio até o momento que, no início dos anos 1860, os *blancos* elegem Bernardo Berro presidente e começaram a implementar o projeto de Estado Nacional que tanto desagradava aos brasileiros, com a proibição de contratos de peonagem (mecanismo de simulacro da escravidão) com prazos maiores que seis anos e a anulação legislativa de vários pontos dos Tratados de 1852, especialmente aquelas ligadas ao trânsito livre de gado. Nesse momento uma ampla campanha pela intervenção em prol do *colorado* Venâncio Flores é desencadeada, com a participação de deputados sul-rio-grandenses, como Felipe Nery e o nome de Netto surge frequentemente nos jornais da Corte.

⁷ “Correspondência e Documentos Especiais relativos à Missão Especial do Conselheiro José Antonio Saraiva ao Rio da Prata em 1864”. Bahia: Tipografia do Diário, 1862. p. 05



Os senhores da guerra na fronteira dependiam de um determinado arranjo social e econômico para manter sua posição. As mudanças impulsionadas pelo governo de Berro, assim como a revisão das taxas sobre o *tasajo* platino nos portos brasileiros vinha enfraquecendo a posição dos produtores de charque de Pelotas. O mercado de gado no interior do Estado Oriental devia passar por uma reorganização graças ao aumento da produção em Montevideu e na província argentina de Entre Ríos, provavelmente criando novas possibilidades de negócios. A posição de um grande criador como Netto estava na sua capacidade de oferecer, entre outras coisas, negócios seguros e vantajosos, o que poderia mudar com a estagnação da produção das charqueadas brasileiras. Ainda, o problema da mão-de-obra seguia sendo uma constante, como tantos documentos apontam. Netto mobilizou toda a sua extraordinária rede de relações numa tentativa de manutenção de seu poder naquele contexto.

Ao mesmo tempo que Netto usufruía de relações privilegiadas com políticos da Corte, os anos que sucederam a visita de Giró a Tacuarembó frutificaram em boas relações com os *colorados*. Netto parece ter criado especial relação com Venâncio Flores, com quem, junto ao comandante Fidelis dividiria o comando das tropas ao sul do Rio Negro na Guerra contra Aguirre. Seria também a confiança em Netto e a adesão brasileira à campanha no Uruguai em 1864 creditada a ele que permitiria que Flores levasse os orientais para dentro da Tríplice aliança.

No início dos anos 1860 os medos em relação ao republicanismo de Netto prevaleciam apenas nas falas de seus inimigos. Em muitos aspectos ele havia se tornado um defensor do Império, ainda que usasse a memória da secessão farroupilha como elemento importante de seu poder de barganha no jogo político monárquico. Netto havia estabelecido muitos aliados na Corte, se estabelecendo com interlocutor dos problemas dos estancieiros no Uruguai. Ângelo Muniz da Silva Ferraz havia sido presidente da província do Rio Grande do Sul entre outubro de 1857 e abril de 1859, exatamente quando houve a crise de superprodução do charque e os problemas dos estancieiros no Estado Oriental começaram (SILVA, 2015: 77). Ferraz, então senador com uma promissora carreira na política imperial, recém chegado da Corte, teria escrito a muitos líderes locais da província de forma destacada a Netto⁸. Parece vir desse período a

⁸ Edição de 5 ago 1858, Diário do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital BN. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>> Acesso em 05 out 2015.



relação que se tornaria fundamental para os desdobramentos dos anos 1860. Ferraz se tornaria em agosto de 1859 Ministro da Fazenda e se tornaria Ministro da Guerra em 1865.

Ferraz encontrou-se em meio a possibilidade do Império se ver de novo arrastado para um conflito no Estado Oriental quando estourou a Revolução de 1858 naquele país e buscou o auxílio dos vice-cônsules para encaminhar providências que garantissem a segurança dos brasileiros residentes no país vizinho. Como informou ao Encarregado dos Negócios, não conseguindo boas conclusões, precisou recorrer a outros meios.

Acusando a recepção do officio que V.Ex.^a se dignou dirigir-me em 24 de Dezembro do ano passado, no qual comunica as medidas que o Governo dessa República adoptou para prevenir a revolta que ahi ultimamente teve lugar, tenho a significar a V.Ex.^a que logo que tive conhecimento desses movimentos procurei pessoalmente providenciar sobre a segurança da fronteira e proteção das pessoas e propriedades dos Brasileiros residentes nesse Estado, prestando-me nessa occasião o Cidadão Antônio de Souza Netto os mais relevantes serviços, não podendo o mesmo dizer dos Vice-Consules Brasileiros na Fronteira.⁹

Ferraz provavelmente precisou contar com Netto para evitar que brasileiros se envolvessem nessa revolta que se mostrou rápida e terrivelmente malograda. A intervenção de Netto neste caso, demonstra a influência que contava entre os proprietários e sua capacidade de avaliar a situação política no Estado Oriental e certamente foi parte do que construiu seu prestígio junto a Ferraz, que se revelaria tão importante nos anos seguintes.

Os distúrbios que começaram em dezembro 1857 e seguiram pelo primeiro mês do ano de 1858 no Estado Oriental foram resultado de uma rebelião armada envolvendo líderes *colorados* de diferentes pontos do país, que se levantaram contra o governo eleito. Parte do acirramento de disputas entre as duas facções do país, a revolta foi sufocada com o que ficou conhecido como o Massacre de Quinteros, onde foram fuzilados todos os chefes derrotados presos, entre eles César Díaz – que voltara do exílio em Buenos Aires, onde tinha se dirigido para acompanhar Venâncio Flores, de

⁹ Códice A3-04. AHRS.



quem era um dos principais apoiadores – e Manuel Freire, este último um dos *Treinta y Tres Orientales*. Ao todo 152 homens foram executados no Paso de Quinteros, sobre o Rio Negro, por ordem do presidente Gabriel Antonio Pereira, ele mesmo um dos pais fundadores do Estado Oriental.

Pereira passava por um momento complicado quando a rebelião se levantou. A tentativa de um governo conciliatório entre *blancos* e *colorados* apontava para se tornar uma experiência malograda, muito embora a morte de Oribe em novembro de 1857 e o afastamento temporário de Flores da política oriental – Flores se exilara na Argentina e prestava serviço lutando nas guerras contra os indígenas ao sul de Buenos Aires – parecessem constituir as condições perfeitas para a perspectiva que ficou conhecida como *fusionista*. A sangrenta finalização da revolta permitiu que Gabriel Pereira finalizasse seu mandato, mas não exterminaria com a rivalidade entre os dois grupos, que voltaria com toda carga nos anos 1860, com a eleição de Bernardo Berro e a oposição de Venâncio Flores desde o outro lado do Rio da Prata. Estava terminado o apartamento de Flores da política naquela que passara gradativamente a ser chamada nos documentos de República Oriental.

Nesses mesmos anos, Ângelo Muniz da Silva Ferraz estaria no centro da Corte, enquanto Netto estaria organizando forças para combater a política dos *blancos*, tanto metafórica quanto literalmente. Como bem apontou Matheus Luís da Silva, essa relação aparentemente insólita (SILVA, 2015: 81) entre um conservador baiano monarquista e um liberal de veia republicana da fronteira esteve guiada pela solidez da convergência de interesses entre a Corte e os estancieiros, mais uma vez. O autor aponta ainda, para reforçar a questão da relevância das relações pessoais sobre as políticas, a ocasião do afastamento de David Canabarro do Comando de Uruguaiana, depois da invasão do cerco daquela vila pelos paraguaios. Quando Ferraz, então Ministro da Guerra precisa nomear alguém para o lugar de Canabarro indica o nome de João Antônio da Silveira, forte aliado e amigo de Netto.

Nesse sentido, a posição de Netto um pouco dentro, um pouco fora da política imperial era extremamente interessante. Canabarro tinha sofrido em sua relação com Ferraz o desgaste das muitas eleições apoiando candidatos liberais na província. Além disso, sua atuação política na fronteira, de alguma forma sempre duvidosa, além da relação próxima com Caxias, virtual candidato a pasta da Guerra, incomodava Ferraz.



Na oportunidade em que o Ministro precisou de um culpado pela invasão, o encontrou em Canabarro, que não se furtou de devolver a acusação de negligência na defesa da fronteira ao Ministro quando apresentou sua defesa. Ao contrário de Netto que tinha construído sua trajetória estando apartado de cargos e funções no serviço do Império, Canabarro se reabilitara e colocara seu cabedal na dependência de seu posto.

As disputas locais não acabavam descoladas das afinidades políticas com o centro. Canabarro e Netto tiveram ao longo dos anos uma relação complexa, marcada por idas e vindas. Fizeram parte de grupos políticos distintos durante a Farroupilha e há crença entre parte da historiografia sobre a revolta de que Netto não tivesse gostado nem dos termos da pacificação nem da participação desleal de Canabarro no Massacre de Porongos. De toda forma, em alguns momentos dos anos seguinte houve aproximações.

Em 1862 ao menos, quando o General Netto usava de carga para exercer pressão sobre o Império para a resolução dos problemas dos brasileiros no Uruguai e ameaçava tomar a margem direita com quatro mil homens, afirmava estar contando com o apoio de Canabarro¹⁰. Porém, nos anos das Guerras contra Aguirre e do Paraguai, Netto e Canabarro trocariam reclamações de lado a lado, o primeiro reclamando que o segundo não dava proteção aos brasileiros na República Oriental; o segundo denunciando o uso de meios violentos que o primeiro usava para recrutar sua Brigada Voluntária. De toda forma, em 1864, David Canabarro protegia bandos armados partidários de Venâncio Flores em suas terras na fronteira. Ao menos no que se referia a fazer guerra contra Aguirre, Netto e Canabarro estavam do mesmo lado.

A reintegração dos ex-farrapos passou com bastante frequência pela guerra. Até um homem da política letrada e urbana como Almeida se favoreceu dos esforços de guerra em 1850, e mesmo o suspeito Netto se tornaria comandante importante no Paraguai. Mas certamente o fim do ciclo de guerras no Prata, com a Guerra do Paraguai coincidiria com o encerramento dessa forma de fazer política, não por acaso sendo também o período da morte desses homens.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Marcos Ferreira. “Rebelião escrava e política na década de 1830: O impacto da Revolta de Carrancas”. *Anais eletrônico do 6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

¹⁰ Correspondências caixa 33. AHRs.



BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

CARVALHO, Daniela V. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida*. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902. p.27.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E. FLORES, Mariana F. da C. T. “A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)” In: HEINZ, Flávio (org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província. A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

MENEGAT, C. “Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

_____. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: brasileiros e produção pecuária no norte do Uruguai em meados do Século XIX. Tese de doutorado, PPG História – UFRGS, 2015.

MUGGE, Miquéias H. “Sobre pacificação e reorganização: a guarda nacional e a Província do Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha.” In: *Oficina do Historiador*: Porto Alegre, EDIPUCRS. Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS. 2014.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira; SALAINI, Cristian Jobi. “Traição Farroupilha: Documento que revela massacre de soldados negros por líderes farroupilhas gera polêmica até hoje.” *Revista de História*, v. 58, 2010.



PIASSINI, C. E. ; PADOIN, M. M. . A Guerra Grande (1839-1852) e os Brummer: Fronteira e Imigração Germânica no Rio Grande do Sul do séc. XIX. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Matheus L. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

VARGAS, Jonas M. "Na trilha das tropas": os charqueadores de Pelotas e suas estratégias para atuar nos mercados do gado vacum (Rio Grande do Sul, c. 1850 - c. 1890)". *Revista Territórios e Fronteiras*, vol. 7, nº 2, 2014.